



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Bibliografia

Consequencialismo no Direito Tributário

Biblioteca Ministro Adhemar Maciel
2020



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Consequencialismo no Direito Tributário

Outubro de 2020

Presidência
Ítalo Mendes

**Coordenadoria de Registro de Julgamento e
Gestão da Informação**
Renato Cesar Pinto Pereira

Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca
Marília de Souza de Mello

Núcleo de Informação e Biblioteca
Rita de Cássia Fernandes Shimabuko

Seção de Atendimento ao Usuário e Pesquisa
Gabriela Pereira de Mello

Capa
Divisão de Modernização Administrativa e
Produção Editorial

C755 Consequencialismo no Direito tributário / Organizado
pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. --
1. ed. -- Brasília: Tribunal Regional Federal da 1ª
Região, 2020. 8 p.

1. Bibliografia especializada. 2. Direito tributário. 3.
Decisão judicial. I. Tribunal Regional Federal (Região,
1).

CDDir 341.39

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Acervo da Rede de Biblioteca da Justiça Federal da Primeira Região.....	5
Acervo da Rede Virtual de Bibliotecas.....	6
Artigos.....	6
Dissertação.....	8

INTRODUÇÃO

A Coordenadoria de Registro de Julgamento e Gestão da Informação - Cojin, por meio da Divisão de Gestão da Informação, Jurisprudência e Biblioteca - Digib, apresenta uma bibliografia sobre Consequencialismo no Direito Tributário, com o objetivo de atualizar e subsidiar desembargadores e juízes federais em suas análises processuais e tomadas de decisões acerca do tema em questão.

Os itens estão reunidos e organizados em livros, capítulos de livros e artigos. Os documentos que não apresentarem o *link* para acesso à internet poderão ser solicitados por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico serau@trf1.jus.br ou pelos telefones 3314-5342 e 3314-5213.

Acervo da Rede de Biblioteca da Justiça Federal da Primeira Região

Livros



PISCITELLI, Tathiane dos Santos. **Argumentando pelas consequências no direito tributário**. São Paulo: Noeses, 2012. 289 p.

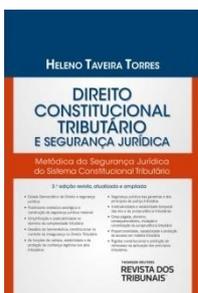
Capítulos de livros



ANDRADE, Fábio Martins de. Modulação e consequentialismo. *In*: ANDRADE, Fábio Martins de. **Grandes questões tributárias na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. x, 217 p. 341.39 A553 GQT (TRF1)



SILVA, Denise Magalhães da. Modulação de efeitos. *In*: SILVA, Denise Magalhães da. **A modulação de efeitos no controle de constitucionalidade da norma tributária**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 55-94.



TÔRRES, Heleno Taveira. Efeitos de decisões nas ações diretas de inconstitucionalidade de leis ante o chamado consequentialismo ou ativismo judicial-tributário. *In*: TÔRRES, Heleno Taveira. **Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica do sistema constitucional tributário**. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. 815 p. 341.39 T693 DCT 3. ed. (TRF1)

n. 40, p. 506-523, 2018. Disponível em: <https://ibdt.org.br/RDTA/40-2018/consequencialismo-e-argumento-de-risco-fiscal-na-modulacao-de-efeitos-em-materia-tributaria/>. Acesso em: 16 out. 2020.

BERNARDES, Flávio Couto; FONSECA, Vinícius Simões Borges Espinheira. O Sistema Tributário Nacional e a Lei nº 13.655/2018: a contradição entre a exigência de segurança jurídica e a introdução do consequencialismo econômico na aplicação do direito tributário. **Revista da faculdade de direito UFPR**, Curitiba, v. 64, n. 3, p. 193-212, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/66896>. Acesso em: 16 out. 2020.

CAVALCANTE, Denise Lucena. Reflexões sobre a modulação dos efeitos das decisões do STF em matéria tributária. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 379-390, 2018.

CERETTA, Bruno José Queiroz. A Lei Federal nº 13.655/2018 e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro: relação com a constituição federal, a legislação ordinária e os preceitos fundantes do direito. **Revista Magister de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, n. 76, p. 75-93, set/out. 2019.

CHRISTOPOULOS, Basile Georges Campos. Argumento consequencialista no direito. **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**, Alagoas, v. 6, n. 3, p. 4-27, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal/article/view/2061>. Acesso em: 19 out. 2020.

CRAVO, Daniela Copetti. Argumentos consequencialistas: legitimidade ou arbitrariedade? **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, n. 102, p. 85-98, jul./ago. 2016.

DUTRA, Alexandre Pereira. Argumentação consequencialista no direito: modelo teórico e exemplos de aplicação. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 64, p. 1-16, 2015.

GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat. Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade em matéria tributária: mitos, consequências e arranjos institucionais ideais. **Revista direito Público**, Porto Alegre, v. 15, n. 84, p. 97-113, 2018.

KOFF, Eduardo Guerra. As razões de impacto orçamentário, o consequencialismo jurídico e a modulação temporal de efeitos. **Revista Síntese de Estudos Tributários**, Porto Alegre, n. 133, p. 75-89, maio/jun. 2020.

LEAL, Fernando; DIAS, Daniela Gueiros. Consequencialismo judicial na modulação de efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade nos julgamentos de direito tributário. **Revista brasileira de políticas públicas**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 818-843, dez. 2017. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/4779>. Acesso em: 16 out. 2020.

MENESES, Clara Marcelle Alves. Modulação das decisões tributárias do Supremo:

autopoiesis e o argumento econômico no controle de constitucionalidade. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília v. 18, n. 115, p. 435-458, jun./set. 2016.

NEVES, Mariana Barboza Baeta. A modulação de efeitos e sua aplicação em matéria tributária. **Revista Magister de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Porto Alegre, n. 42, p. 46-66, jan./fev. 2014.

PEREIRA, Carlos Frederico Bastos. Fundamentação das decisões judiciais, consequências práticas e o art. 20 da LINDB. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 1009, p. 99-100, 2019.

PEREIRA, Roberto Codorniz Leite. O consequencialismo decisório e a sua relevância para o direito tributário. **Revista Direito Tributário Atual**, São Paulo, n. 38, p. 158-183, 2017. Disponível em: <https://ibdt.org.br/RDTA/38/o-consequencialismo-decisorio-e-a-sua-relevancia-para-o-direito-tributario/>. Acesso em: 16 out. 2020.

PEREIRA NETTO, Antônio Alves. Modulação temporal de efeitos em matéria tributária em favor do estado: dificuldades e possibilidades. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-30, 2017.

PINTO, Edson Antônio Sousa; ARAÚJO, Álex Roberto de Sousa; COSTA NETO, José Nogueira. O princípio da segurança jurídica em matéria tributária: uma análise da aplicabilidade do art. 24 da LINDB aos processos administrativos fiscais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 1014, p. 231-249, 2020.

SILVA, Ana Flávia Carneiro da Cunha. Modulação dos efeitos da decisão de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e o impacto financeiro nas empresas. **Revista de Direito Tributário Contemporâneo**, São Paulo, v. 20, p. 117-135, 2019.

SILVA, Maceno Lisboa da. O pragmatismo ou consequencialismo econômico e a modulação temporal de efeitos das decisões judiciais do STF em matéria tributária. **Revista de Direito Tributário Contemporâneo**, São Paulo, v. 5, n. 24, p. 225-243, maio/jun. 2020.

SILVA, Sérgio André R. G. da. Modulação de efeitos da decisão de inconstitucionalidade e consequencialismo: instrumentos de desconstitucionalização do direito tributário. **Revista Fórum de direito tributário**, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, p. 183-201, jul./ago. 2013.

Dissertação

CARDOSO, Eduardo Monteiro. **O consequencialismo jurídico no direito tributário e a sua utilização pelo Supremo Tribunal Federal para a fixação de teses com repercussão geral**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/23047>. Acesso em: 19 out. 2010.